

**REQUERIMENTO DA DEVOLUÇÃO DE MONTANTES COBRADOS
PARA REALIZAÇÃO DA PACC**

Ex.mo(a) Senhor(a)

Ministro da Educação e Ciência

_____, professor(a)/educador(a)
profissionalizado(a), com n.º de utilizador DGAE _____, portador do BI/CC n.º
_____, residente em _____
_____, vem requerer a V.ª Ex.ª o seguinte:

- O Decreto Regulamentar n.º 7/2013, de 23 de outubro, confirmou a imposição de montantes a pagar pela inscrição, pela consulta e pelos pedidos de reapreciação da designada “prova de avaliação de conhecimentos e capacidades” (PACC), que já constava do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro, remetendo a respetiva definição para despacho do membro do governo responsável pela área da Educação (cfr. artigo 13.º do decreto regulamentar supra citado).
- O que veio a suceder através do Despacho n.º 14293-A/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 214, de 5 de novembro, para o ano escolar 2013-2014, e através do Despacho n.º 14052-A/2014, Diário da República, 2.ª série, n.º 224, de 19 de novembro, para o ano escolar 2014-2015.
- Um e outro dos despachos fixaram iguais montantes: 20,00 euros para inscrição na componente comum e uma prova da componente específica; 15,00 euros por cada prova da componente específica, além da primeira; 15,00 euros pela consulta da prova; 20,00 euros pelo pedido de reapreciação, a devolver apenas no caso de daí resultar classificação superior.

O(A) requerente, vendo-se compelido(a) a realizar a PACC por decisão do Ministério da Educação e Ciência, foi obrigado a proceder, nos prazos estabelecidos, aos seguintes pagamentos:

Ano escolar 2013-2014:

_____ euros para efeitos de inscrição na PACC;

_____ para efeitos de consulta de prova;

_____ para pedido de reapreciação [apenas no caso de este montante não ter sido devolvido].

Ano escolar 2014-2015:

_____ euros para efeitos de inscrição na componente comum e uma prova da componente específica;

FENPROF- Federação Nacional dos Professores

_____ euros para inscrição noutras provas de componente específica:

[especificar quais] _____

_____ para efeitos de consulta de prova;

_____ para pedido de reapreciação [no caso deste montante não ter sido devolvido].

- Desta forma, o(a) requerente despendeu a quantia total de _____, ___ euros em virtude da insistência do MEC em querer considerar a realização e aprovação da PACC como requisito para acesso aos concursos de contratação de docentes que ele tutela.

- Ora, verifica-se que o Tribunal Constitucional, no seu Acórdão n.º 509/2015, datado de 13 de outubro – originado, *a final*, pela ação interposta pelo Sindicato dos Professores da Região Centro/FENPROF no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra (Proc. N.º 131/14 .OBECBR) – veio confirmar a inconstitucionalidade das normas introduzidas no Estatuto da Carreira Docente com vista à exigência da realização da PACC e, consequencialmente, das normas dos decretos regulamentares supra citados.

- Constata-se, pois, que o(a) requerente, com a legítima expectativa de poder exercer a profissão para que se encontrava qualificado(a), viu-se obrigado, por imposição do MEC, a proceder ao(s) pagamento(s) acima descritos, quando, na verdade, eles se inseriam num conjunto de procedimentos gerados a partir de normas inconstitucionais.

- Assim sendo, vem requerer a V.ª Ex.ª a devolução dos montantes em causa, acrescidos dos respetivos juros de mora às taxas legais, sem prejuízo da possibilidade de recurso a outras diligências com vista ao ressarcimento por danos sofridos por força da PACC e das decisões que o MEC entendeu tomar na sua sequência.

Pede deferimento,

_____, ____ de _____ de 2015

O(A) requerente,

**REDACÇÃO SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO
DOS SINDICATOS DA FENPROF**